



PESQUISA NA UNIVERSIDADE PARTICULAR

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

Com a crescente tendência à regulamentação das universidades particulares, por parte do Governo, a pesquisa científica vem sendo sinalizada como um critério a ser considerado para o credenciamento das instituições de ensino superior que desejam se beneficiar do artigo 207 da Constituição Federal, que prevê ampla autonomia para as instituições que ganharem o status de universidade.

Na verdade, o interesse maior do sistema particular é utilizar a autonomia para adquirir ampla liberdade nas políticas relativas ao ensino de graduação, como a fixação das vagas em cada curso, a criação e a extinção de cursos, a implantação de cursos ou de campi fora de suas sedes originais, etc. A contra partida desta liberdade será a pressão para a implantação de programas de capacitação docente, acompanhada de políticas de fixação de professores em regime de dedicação plena à universidade, que não se esgote em horas de aula, e a implantação da pesquisa e da pós-graduação como atividades permanentes.

Por esta razão, estratégias para a implantação da pesquisa científica no interior das universidades particulares vêm, crescentemente, ocupando terreno no planejamento das mesmas e tirando o sono de sua alta administração.

Têm razão os dirigentes em se preocuparem com as conseqüências que o tempo integral e o apoio à pesquisa podem trazer às suas instituições. O modelo das universidades estatais brasileiras, federais ou estaduais, que parece contemplar os critérios governamentais, seria absolutamente desastroso se aplicado a instituições que não gozem de financiamento governamental. A quase universalidade de professores em regime de 40 horas, das quais pouquíssimas dedicadas ao ensino de graduação, a constatação de que a maioria dos professores em dedicação plena na verdade não produz cientificamente o mínimo condizente com o tempo previsto para esta atividade e a pouca rentabilidade financeira dos projetos de pesquisa são, de fato, motivos de preocupação e maus exemplos de um tipo de incentivo que se transformou em direito adquirido, sem avaliação e sem responsabilidades concretas em relação aos resultados alcançados.



Para evitar a generalização da política simplista que oferece o tempo integral para todos e identifica professor universitário com o pesquisador, algumas universidades privadas procuraram encontrar uma resposta à exigência da presença da pesquisa científica em suas instituições, criando nichos de pesquisa seja através de centros ou núcleos voltados especificamente para este fim, seja agregando professores com titulação em departamentos ou institutos de pesquisa.

Até aí, nada de muito grave. O problema maior é que, normalmente, estas iniciativas se realizam pela contratação específica de pessoas capazes de transferir rapidamente para o interior da universidade as linhas de pesquisa que desenvolviam em outra instituição, desenraizadas totalmente da cultura institucional local e, portanto, sem uma visão prévia da política de pesquisa a ser adotada na universidade, sem estratégias para a integração destes programas com as demais atividades da universidade e, finalmente, sem uma política que preveja a auto-sustentação destes programas através da submissão dos mesmos aos potenciais interessados em seus resultados, sejam eles agências de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, seja o setor produtivo, seja o setor governamental.

Assim, a pesquisa paira totalmente desintegrada em relação às demais atividades acadêmicas da universidade, financiada internamente e sem expor-se às críticas dos pares ou dos possíveis clientes, realizando, por isso, uma política perversa: se paga a pesquisa qualquer que seja ela, independentemente do seu valor e de sua capacidade de geral globalmente na instituição a cultura da crítica, da investigação, da curiosidade, da atualização permanente, para transformá-la em moeda de troca; gasta-se um pouco para dizer que existe pesquisa com o objetivo de conquistar a liberdade de fazer e desfazer com os cursos de graduação.

Não se pretende defender aqui o modelo das universidades estatais já criticados acima, mas também não se pode sustentar este modelo esdrúxulo de universidade.

Que uma instituição universitária priorize as áreas que desenvolverão as atividades de pesquisa, está correto. Uma instituição particular de porte médio não pode pretender desenvolver pesquisa em todas as áreas do conhecimento. O importante, no entanto, é que a pesquisa cresça integrada à instituição, que agregue seus professores e estimule o corpo docente como um todo, que ajude a formar melhor os estudantes, que se submeta ao julgamento externo e, finalmente, que contribua para o desenvolvimento social, econômico, científico, tecnológico e cultural do País.



Para implantar um modelo acadêmica e cientificamente defensável, ao mesmo tempo realista e viável, é que o sistema universitário particular deve introduzir uma política de incentivo à pesquisa para seu corpo docente em que o tempo efetivamente dedicado à pesquisa possa ser avaliado a partir de resultados e que não seja, senão excepcionalmente, incorporado prematuramente ao salário do docente.. As áreas prioritárias devem fugir da tradicional divisão disciplinar e concentrar-se na solução de problemas concretos que são, quase universalmente, de caráter multidisciplinar, ou, sendo disciplinares, que atuem em áreas de previsível impacto sócio-econômico ou cultural. Deixar para as universidades altamente financiadas pelo estado e com estruturas de pós-graduação e pesquisa fortemente subsidiadas o desenvolvimento da pesquisa mais cara e de retorno de longo prazo não é oportunismo, mas uma divisão de atribuições que só beneficia o sistema universitário do país como um todo.

Por outro lado, a pesquisa científica e tecnológica só poderá atingir os patamares de investimento anunciados repetidamente pelo governo federal (de cerca de 2% do PIB) se o setor universitário, entendido em seu sentido mais amplo, abrangendo o setor particular, for capaz de absorver os pós-graduados formados nas universidades públicas, assim como boa parte dos novos investimentos necessários para se atingir o novo patamar. Isto porque o setor público de ensino superior está saturado e impossibilitado, por seus altos custos unitários, de crescer significativamente sem investimentos de grande monta - absolutamente inviáveis diante da crise orçamentária por que passam os governos federal e estaduais. Seria necessário que os órgãos governamentais de financiamento à pesquisa e à pós-graduação analisassem rapidamente esta realidade e passassem a ampliar sua política de fomento à implantação de novos grupos de pesquisa para o setor particular, quebrando preconceitos e revendo alguns paradigmas que afastam um discurso universalista de uma prática estatizante e certamente corporativista, que privilegia sempre o setor estatal.

Artigo publicado no jornal Correio Braziliense, Seção Opinião, edição de 12/12/1996 e inserido no site em 02/2000.